



08 DE JULHO DE 2016

Sexta-feira

- VOLKS SUSPENDE PLANO PRÓ-EMPREGO POR DOIS MESES NA FÁBRICA DE TAUBATÉ
- MICHEL TEMER SE REÚNE COM EMPRESÁRIOS NESTA SEXTA-FEIRA (8), NA CNI
- IBGE APONTA TOMBO DA INDÚSTRIA EM MAIO; PARANÁ PUXOU RECUE
- CNI REVE PROJEÇÃO PARA O PIB EM 2016 DE -3,1% PARA -3,5%
- RECEITA DIVULGA PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS NO RECOF-SPED
- CHINESA ALIBABA ENTRA NA CORRIDA POR CARROS AUTÔNOMOS
- GOVERNO VAI MEXER NO AUXÍLIO-DOENÇA E NA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
- GOVERNO DEFINE META FISCAL PARA 2017 COM ROMBO DE R\$ 139 BILHÕES
- GOVERNO DIZ QUE 'TERÃO QUE VIR MEDIDAS DESAGRADÁVEIS' PARA CUMPRIR META
- ECONOMISTAS ELOGIAM META, MAS TÊM DÚVIDAS
- SAIBA COMO FUGIR DAS TARIFAS BANCÁRIAS E TAXAS DE CARTÕES
- PADILHA DIZ QUE 'TERÃO QUE VIR MEDIDAS DESAGRADÁVEIS' PARA CUMPRIR META
- MACROSECTOR: PRODUÇÃO DE VEÍCULOS DEVE CAIR 8% EM 2016 E VOLTAR A NÍVEIS DE 2004
- NOVO PRESIDENTE DIZ QUE QUER "FORTALECER A USIMINAS"
- ESTATAIS CHINESAS DE AÇO E CARVÃO VÃO CORTAR CAPACIDADE EM 10% EM 2 ANOS, DIZ REGULADOR
- GOVERNO AUMENTA PARA 1,2% ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA EM 2017
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS FINANCIA CLIENTES PARA AUMENTAR VENDAS
- 95% DOS VEÍCULOS PRODUZIDOS NO MUNDO SÃO EMISSORES DE GEE
- METALÚRGICA FEY LANÇA GRAMPOS DE MOLAS PARA CAMINHÕES E IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS
- NOVAS MEDIDAS DE AUMENTO DE RECEITAS DEVEM SER FEITAS, DIZ ECONOMISTA
- CONSTRUIR FICOU MAIS CARO EM JUNHO, MOSTRA IBGE
- GRUPO VOLKSWAGEN E LG VÃO DESENVOLVER CARROS CONECTADOS

- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CRESCE 5,5% EM MAIO
- CUMMINS INVESTE EM NOVA SALA DE TESTES
- EMPRESAS DA ABEIFA TÊM LEVE ALTA EM JUNHO
- SINDIPECAS REVISARÁ BAIXAS PROJEÇÕES DO SETOR
- MÁQUINAS AGRÍCOLAS REGISTRAM O MELHOR MÊS DO ANO
- VENDAS TOTAIS DE PNEUS RECUAM APENAS 2,6%
- AGORA NA AETHRA, GALANTINE MUDA DE LADO DO BALCÃO
- ARTIGO: OS VÁRIOS LADOS DA REFORMA TRABALHISTA
- LEXUS QUER CRESCER MAIS DE 70% EM 2016
- ALEMANHA INVESTIGA TRÊS MONTADORAS SOB SUSPEITA DE FORMAR CARTEL NA COMPRA DE AÇO
- EMPRESAS PARANAENSES TERÃO CRÉDITO PARA FAZER PROTÓTIPOS

CÂMBIO EM 08/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,283	3,283
Euro	3,622	3,624

Fonte: BACEN

Volks suspende plano pró-emprego por dois meses na fábrica de Taubaté

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Segundo sindicato, suspensão é por aumento nas exportações. Funcionários devem cumprir jornada integral até 31 de julho.

A Volkswagen suspendeu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) por dois meses na fábrica de Taubaté. A medida começou a valer em junho e com ela os trabalhadores voltam a cumprir a jornada completa e a receber o salário integral.

Segundo o Sindicato, a suspensão é motivada por um aumento na produção de veículos para a exportação. A suspensão beneficia cerca de quatro mil funcionários do setor de produção. A entidade ainda informou que a suspensão deve ser mantida até o dia 31 de julho.

Em março deste ano a montadora já havia reduzido a abrangência do programa na unidade de Taubaté. Na ocasião, a redução da jornada passou de 20% para 5%, por causa da produção dos modelos reestilizados do Gol e Voyage.

Esse é o segundo pacote do programa pró-emprego na unidade. A Volks aderiu ao primeiro pacote em novembro de 2015, com duração de seis meses. Em março desse ano, a

empresa pediu a renovação do pacote para todos os funcionários por mais seis meses ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por meio de nota, a Volkswagen informou que "não vai comentar o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)".

Michel Temer se reúne com empresários nesta sexta-feira (8), na CNI

08/07/2016 - Fonte: Portal da Indústria

Reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) também terá a presença do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e da presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques



Empresários vão apresentar a Temer propostas da indústria para o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, da propriedade industrial e dos sistemas de financiamento à inovação

O presidente em exercício Michel Temer, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Sílvia Bastos Marques participarão da reunião do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). O encontro ocorre nesta sexta-feira (8), na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, a partir das 10h.

A reunião será coordenada pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Entre os mais de 100 representantes de empresas participantes estão Horácio Lafer Piva, da Klabin, Pedro Passos, da Natura, Bernardo Gradin, da GranBio, José Rubens De La Rosa, da Marcopolo, Gilberto Peralta, da General Eletric no Brasil, Ricardo Pelegrini, da IBM, Paula Bellizia, da Microsoft, e Mauro Kern, da Embraer.

Durante o evento, os empresários apresentarão a Temer, Kassab e Maria Sílvia as propostas da indústria para o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, da propriedade industrial e dos sistemas de financiamento à inovação.

Criada em 2008 e coordenada pela CNI, a Mobilização Empresarial pela Inovação é um movimento que reúne mais de 100 líderes empresariais das maiores empresas do país. O grupo debate e formula propostas de políticas públicas e estimula a inovação nas empresas brasileiras.

O principal objetivo é construir um ambiente em que a inovação ocupe um papel central na estratégia das empresas e, com isso, contribuir para a criação de empregos, o fortalecimento e a inserção da indústria brasileira nas cadeias globais de valor.

A agenda da MEI para 2016 estabelece seis prioridades, que são:

- Atualização do marco regulatório da inovação
- Aperfeiçoamento do marco institucional da inovação
- Aprimoramento dos mecanismos de financiamento à inovação
- Estruturação da inserção global de empresas brasileiras via inovação

- Modernização do currículo das engenharias
- Fortalecimento da atuação de pequenas e médias empresas inovadoras

IBGE aponta tombo da indústria em maio; Paraná puxou recuo

08/07/2016 - Fonte: Bem Paraná



A estagnação na indústria brasileira entre abril e maio deste ano (crescimento nulo – 0%) reflete resultados negativos na atividade do parque fabril brasileiro em oito dos 14 locais pesquisados, na série com ajuste sazonal.

A constatação é da Pesquisa Indústria Mensal – Produção Física Regional, divulgada nesta quinta-feira, 7, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento indica que os recuos mais intensos ocorreram no Paraná, onde a queda na produção industrial chegou a 3,5%; seguido de Goiás (-2,3%); Pará (-1,9%); e São Paulo (-1,6%).

Pernambuco (-1,1%), Minas Gerais (-0,9%), Bahia (-0,3%) e Rio de Janeiro (-0,1%) completam o conjunto de locais com índices negativos.

Na outra ponta, o estado do Amazonas foi o que registrou o maior crescimento industrial do mês de maio, com alta de 16,2%, depois de ter fechado abril em queda, também expressiva, de 12,5%. As demais taxas positivas são do Rio Grande do Sul, com crescimento de 4,4%; Espírito Santo (3,8%), região Nordeste (1,6%), Ceará (1,4%) e Santa Catarina (0,1%).

Acumulado

Os dados divulgados pelo IBGE indicam que a retração acumulada de 9,8% na média nacional da produção industrial brasileira, nos primeiros cinco meses do ano (janeiro-maio), reflete quedas em 12 dos 15 locais pesquisados, frente a igual período do ano anterior.

Três deles mostram quedas com intensidade superior à média nacional, tendo à frente o Espírito Santo, cuja retração chegou a significativos 11,8 pontos percentuais acima da média nacional; seguido do Amazonas (-18,8%); e de Pernambuco (-18,7%). A queda registrada no estado de São Paulo foi a mesma da média nacional: 9,8%.

Também fecharam com resultados negativos no acumulado dos primeiros cinco meses do ano, embora com retrações abaixo da média nacional, o Rio de Janeiro (-9,5%), Minas Gerais (-9,4%), Paraná (-8,9%), Goiás (-8,1%), Santa Catarina (-7,3%), Rio Grande do Sul (-6,2%), Ceará (-5,8%) e região Nordeste (-3,2%).

Segundo o IBGE, o menor dinamismo foi influenciado por fatores relacionados à diminuição na fabricação de bens de capital (em especial aqueles voltados para equipamentos de transportes: caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões e veículos para transporte de mercadorias); bens intermediários (autopeças, produtos de minerais não-metálicos, produtos têxteis, produtos siderúrgicos, produtos de metal, petroquímicos básicos, resinas termoplásticas e defensivos agrícolas); bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos da “linha branca” e da “linha marrom”, motocicletas e móveis); e bens de consumo semi e não-duráveis (calçados, produtos têxteis, vestuário e bebidas).

Pará (9,6%), Mato Grosso (7,4%) e Bahia (1,2%) assinalaram foram os três estados que fecharam com crescimento no resultado acumulado até maio pela indústria do país.

Neste caso, impulsionados pelo comportamento positivo vindo de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto), no caso do Pará; de produtos alimentícios (carnes de bovinos congeladas, frescas ou refrigeradas, óleos de soja em bruto e tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração do óleo de soja), no Mato Grosso; e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel e gasolina automotiva) e metalurgia (barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre), na Bahia.

Regiões

Os dados regionalizados da indústria indicam que a queda acumulada de 7,8% em maio deste ano, comparativamente a maio do ano passado reflete resultados negativos em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE, na série sem ajuste sazonal. O instituto ressalta o fato de que maio deste ano teve 21 dias úteis, 1 a mais do que o mesmo mês do ano passado (20 dias).

Nesta base de comparação, entre os 12 estados que fecharam em queda, a retração mais intensa foi registrada no Espírito Santo, onde a queda chegou 18,9%; seguido do Paraná (-11%).

No caso do Espírito Santo a retração foi pressionada pela queda na produção dos setores de indústrias extrativas (minérios de ferro pelotizados); enquanto no Paraná, a influência veio de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleos combustíveis, óleo diesel, álcool etílico e gasolina automotiva).

Também fechou com queda superior aos 7,8% da média nacional, o estado de Goiás, onde a retração chegou a 8,5%. Os outros resultados negativos, embora com retrações abaixo da média nacional são o Rio de Janeiro (-7,6%), Minas Gerais (-7,2%), Amazonas (-6,3%), Santa Catarina (-6,2%), São Paulo (-5,8%), Pernambuco (-3,8%), Rio Grande do Sul (-3,6%), Bahia (-2,9%) e Ceará (-2,3%).

Já os estados do Mato Grosso (14,6%) e Pará (7,8%) assinalaram os avanços mais elevados em maio de 2016. No primeiro, o resultado positivo foi impulsionado pelo comportamento positivo vindo de produtos alimentícios (carnes de bovinos congeladas, frescas ou refrigeradas, óleo de soja em bruto e tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração do óleo de soja) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico).

Já no Pará, a influência veio da do setor de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto). Já a região Nordeste, como um todo, fechou com ligeiro crescimento de 0,3%.

CNI reve projeção para o PIB em 2016 de -3,1% para -3,5%

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Com o aprofundamento da recessão e uma nova meta de déficit fiscal do governo de R\$ 170,5 bilhões neste ano, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ficou mais pessimista com a economia brasileira e piorou praticamente todas as suas projeções para 2016.

Segundo o Informe Conjuntural divulgado nesta quinta-feira, 8, pela entidade, a perspectiva do Produto Interno Bruto (PIB) para 2016 passou de uma recessão de 3,1% no documento apresentado em abril para uma queda agora prevista em 3,5%. A pesquisa é divulgada trimestralmente.

Para o consumo das famílias, a previsão também piorou, passando de queda de 4,4% para uma retração de 4,8%. O PIB Industrial também deve encolher mais que o esperado anteriormente: a projeção passou de -5,0% para -5,4%.

A formação bruta de capital fixo (FBCF), que mostra os investimentos produtivos do País na composição do PIB, deve se retrair 13,9% em 2016. A expectativa anterior era melhor, mas ainda assim negativa, com uma queda de 13,5%. Já a taxa de desocupados deve ficar em 11,5% da população economicamente ativa, mesma estimativa da última divulgação.

Diante desse quadro, a expectativa da CNI é que a economia deverá voltar a crescer somente em 2017. "A mudança no quadro político possibilitou uma conjugação favorável a ajustes estruturais que exigem mudanças legislativas e constitucionais, como é o caso da reforma da Previdência e da imposição de limitadores ao crescimento do gasto público. A proposta no âmbito federal, já enviada ao Congresso, é um avanço.

Mas seus efeitos serão sentidos apenas no médio prazo, pois dependem da retomada do crescimento e ainda serão necessárias novas alterações no processo orçamentário para que se torne efetiva", destaca o Informe Conjuntural.

Inflação

A CNI também está mais pessimista com a inflação. A entidade espera um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 7,3% ao fim de 2016. O dado divulgado em abril projetava uma estimativa de 7,1% e já estava acima do teto de meta de 4,5%, que neste ano tem uma tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo.

Apesar da espera de uma piora do custo de vida neste ano, a entidade acredita que o Banco Central vai baixar os juros básicos até o fim do ano. A taxa está atualmente em 14,25% ao ano (a.a.) e a expectativa da CNI para a Selic ao fim de dezembro continua em 13,75% a.a. A Selic média esperada pela entidade em 2016 se manteve em 14,18%.

Com uma estimativa maior de inflação, a CNI espera um número mais elevado para a taxa real de juros do País, passando de 5,2% ao ano para 6,4% ao ano.

Fiscal

Quanto às contas públicas, a CNI também está mais pessimista para 2016. Segundo o documento, pioraram as previsões para o primário anual, passando de déficit primário de 1,73% do PIB para déficit primário de 2,62% do PIB, já incorporando a nova meta de déficit fiscal do governo Michel Temer para este ano.

Já a perspectiva para a dívida líquida passou de 72,9% do PIB para 73,4%. A entidade também informou que espera um déficit nominal de 10,30% do PIB frente à previsão anterior, de 9,80%.

Setor Externo

A CNI espera ainda que o dólar esteja em R\$ 3,30 em dezembro, ante a previsão anterior de R\$ 4,00. Para o câmbio médio do ano a previsão passou de R\$ 3,80 para R\$ 3,48.

No caso da balança comercial, a entidade espera um saldo de US\$ 42,0 bilhões em 2016, mesmo valor do último documento. O dado será fruto de US\$ 192 bilhões em exportações e de US\$ 150 bilhões em importações.

Por fim, o documento mudou sua perspectiva para a conta corrente, de um déficit de US\$ 20,0 bilhões para um superávit de US\$ 1 bilhão.

Receita divulga procedimentos para habilitação de empresas no Recof-Sped

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

A Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 8, portaria com os procedimentos para habilitação de empresas no Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), programa que simplifica processos e concede benefícios tributários para empresas exportadoras.

Para se habilitar ao Recof-Sped, a empresa deverá solicitar em qualquer unidade da Receita a formação de dossiê digital de atendimento e a juntada de formulário de habilitação, disponível em anexo da portaria. A empresa interessada deverá ser pessoa jurídica habilitada a operar no comércio exterior e ter optado pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE).

Segundo a portaria, o beneficiário do regime deverá utilizar obrigatoriamente os formulários digitais disponibilizados no site Receita, não sendo aceitos arquivos similares produzidos pelo interessado ou versões impressas.

"A autoridade aduaneira deverá analisar o pedido de habilitação, desabilitação ou prorrogação do prazo de aplicação do Recof-Sped em até 30 dias, contados da data de solicitação da juntada dos documentos discriminados nesta portaria no respectivo dossiê digital de atendimento", diz o texto.

Chinesa Alibaba entra na corrida por carros autônomos

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O carro conectado à internet do Alibaba vai fazer a companhia chinesa de comércio eletrônico introduzir rapidamente sua tecnologia de direção autônoma, afirmou o vice-presidente de tecnologia do grupo, Wang Jian, nesta quarta-feira (6).

A Alibaba e a maior montadora de veículos da China, a Saic Motor, exibiram um carro desenvolvido em conjunto e equipado com o sistema operacional YunOS, que pode se conectar a smartphones. O carro começará a ser vendido mais para o fim deste ano. "Vocês verão rapidamente a tecnologia de carro autônomo que resultará desta plataforma", afirmou Wang, na apresentação do modelo.

Entre grandes empresas de tecnologia, o Alibaba está relativamente atrasado na oferta de uma plataforma que possa vincular um celular a um carro, atrás de projetos lançados por Google, Apple e pela chinesa Baidu.

Mas a corrida para comercializar veículos que não precisam de motoristas (que tem a participação de grandes montadoras como General Motors, Volvo, Ford e BMW) está longe de terminar e especialistas estimam que um carro totalmente autônomo não chegará ao mercado antes de 2020.

Segurança

Uma das grandes preocupações para o sucesso de um veículo totalmente autônomo é a questão da segurança. Um dos principais pontos debatidos por engenheiros é o quão autônomo esses carros podem e devem ser.

Esse debate ganhou força depois na revelação na semana passada depois que um motorista de um Tesla Model S morreu num acidente no Estado da Flórida (EUA) enquanto o carro elétrico operava no modo Autopilot (espécie de piloto automático). O veículo colidiu com um caminhão.

O carro fabricado pela Tesla exigia que o motorista estivesse pronto para assumir a direção. Especialistas temem que esse tipo de sistema possa levar o motorista a pensar que não precisa prestar atenção na estrada – tornando os acidentes mais frequentes.

Governo vai mexer no auxílio-doença e na aposentadoria por invalidez

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo federal anunciou nesta quinta-feira (7) a revisão de benefícios por incapacidade – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez – e do BPC/Loas (Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social).

A Previdência paga hoje 3 milhões de aposentadorias por invalidez, a um custo de R\$ 3,6 bilhões por mês. Os benefícios deveriam ser revistos a cada dois anos, mas a revisão nunca aconteceu por falta de capacidade operacional do INSS.

Para fazer essas perícias, o governo vai pagar um bônus aos peritos do instituto para aumentar o número de atendimentos em 100 mil por mês. Além da cota diária de perícias, o médico vai receber R\$ 60 por atendimento dentro dessa revisão.

As perícias devem começar em agosto e priorizar pessoas que recebem o benefício há mais tempo. A previsão é que o processo de revisão dure dois anos.

Essas perícias vão incluir também a questão do auxílio-doença para quem recebe há mais de dois anos. Nesse caso, há hoje 840 mil benefícios pagos, boa parte obtida por meio de decisões judiciais.

Nesse caso, há ainda uma segunda medida. Já existe uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que juízes estabeleçam um prazo de pagamento do auxílio em duas decisões. O governo vai editar uma medida provisória para que, quanto o juiz não seguir essa recomendação, o pagamento possa ser cortado após 120 dias, exceto se o beneficiário pedir ao INSS perícia para prorrogar o auxílio.

O governo estima com as duas medidas uma economia de pelo menos R\$ 6 bilhões por ano, com a revisão de 30% dos auxílios doença acima de dois anos e de 5% das aposentadorias por invalidez.

A regra não vale para auxílios concedidos antes da publicação da medida provisória, prevista para esta sexta-feira (8). Nesse caso, as pessoas serão convocadas para passar por nova perícia.

“Nenhum segurado precisa correr à uma agência da Previdência para pedir o agendamento”, afirmou Marcelo Siqueira, assessor da Casa Civil.

BPC/LOAS

Em relação ao benefício da prestação continuada, a inscrição passará a ser feita por meio do CAD Único (mesmo cadastro do Bolsa Família e outros programas sociais) e o benefício será revisto a cada dois anos. Nesse caso, não há revisão desde 2008.

O BPC/LOAS é pago a 4,2 milhões de pessoas, idosos e deficientes com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, uma despesa que foi de quase R\$ 40 bilhões em 2015. Nesse caso, o governo vai mudar as regras por meio de decreto.

Hoje, 60% dos beneficiários não fazem parte do cadastro único. São 2,4 milhões de beneficiários, que terão dois anos para se cadastrar no CAD Único. Para novos beneficiários, a regra começa a valer em 120 dias, tempo para que o governo adapte o sistema de informática.

O impacto é estimado em R\$ 800 milhões, com a revisão de 2% dos benefícios, índice verificado na época em que havia revisão do benefício.

Servidores

O governo anunciou ainda que Estados e municípios poderão aderir ao Funpresp, a fundação de previdência complementar do servidor público federal. O aporte de entrada no fundo será entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões, uma antecipação a ser descontada das contribuições futuras.

O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) disse que o governo mantém o objetivo de enviar ao Congresso a reforma da previdência neste semestre, mas que essas são medidas que podem ajudar nas contas da previdência ainda neste ano. "Chegou a vez de ir colocando impedimentos a pagamentos que não são legitimamente devidos."

Governo define meta fiscal para 2017 com rombo de R\$ 139 bilhões

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo vai propor ao Congresso que a meta fiscal de 2017 seja um déficit de R\$ 139 bilhões, valor inferior aos R\$ 170,5 bilhões previstos para 2016, segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O número, anunciado nesta quinta-feira (7), é a diferença entre receitas e despesas do governo federal.

"É um esforço muito grande na medida em que temos de enfrentar uma situação de aumento constante das despesas públicas federais há um longo tempo. Tivemos de concentrar um esforço focado principalmente nas despesas e também na geração de receitas adicionais", afirmou Meirelles.

O ministro disse que, sem o limite de teto para o gasto público que precisa passar pelo Congresso, o resultado seria negativo em R\$ 194 bilhões.

Meta apertada

Em reunião com assessores nesta quinta, Temer comentou que a projeção de rombo de R\$ 194 bilhões no próximo ano, caso o governo não adote nenhuma medida para reduzi-lo, é "preocupante" e, por isso, determinou fixar "uma meta bem apertada".

Na noite de quarta-feira (6), Temer discutiu com sua equipe e líderes do Congresso cenários para a meta fiscal de 2017, que apontavam para um déficit primário no ano que vem entre R\$ 150 bilhões e R\$ 160 bilhões. A área econômica queria um número na casa dos R\$ 150 bilhões, de preferência até um pouco abaixo. Já a política preferia fixar uma meta em torno de R\$ 160 bilhões.

O presidente orientou a equipe econômica também a não adotar aumento de tributos neste ano, mas não descartou a possibilidade de eles serem elevados no médio prazo caso as medidas que forem adotadas para reduzir o rombo não surtirem o efeito esperado.

Segundo assessores, Temer pediu que fossem analisadas as possibilidades de cortes de despesas para contribuir na redução do rombo nas contas públicas no próximo ano, que será o quarto consecutivo.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vai levar o número final ao presidente Temer no final da manhã desta quinta e vai anunciá-lo logo em seguida, em entrevista no Palácio do Planalto.

Governo diz que 'terão que vir medidas desagradáveis' para cumprir meta

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, deixou claro que o governo vai tomar medidas amargas para conseguir garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017.

Ele informou que as primeiras medidas desse tipo já foram tomadas nesta quinta-feira (7) nas despesas dos benefícios sociais.

Padilha insistiu que o governo já está apontando uma reversão do déficit das contas públicas. Ele lembrou que o déficit sairá de R\$ 170,5 bilhões para R\$ 139 bilhões. Ele comparou a situação do déficit a uma jamanta carregada que corre a 140 km por hora e que faz uma parada. Segundo ele, uma freada brusca poderia fazer com que carga passasse por cima do veículo.

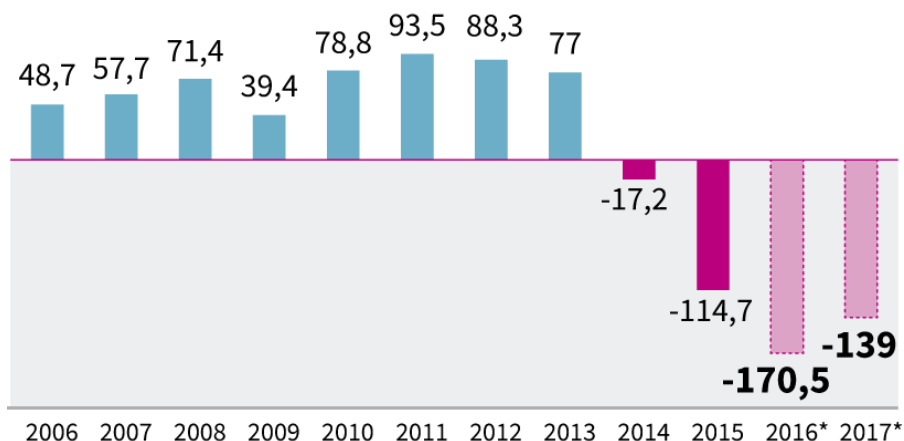
Padilha avaliou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, conseguiu a proeza de estancar a reversão do déficit. "Temos que primeiro fazer o dever de casa", disse. Ele disse que o governo vai buscar mais receitas. Segundo ele, o governo Michel Temer está fazendo "ginástica por todos os lados". "Temos hoje 55 dias de governo", afirmou.

Padilha disse que o Estado brasileiro está pesado e o governo tem que torná-lo mais leve. Segundo Padilha, o governo em agosto terá uma noção mais clara das receitas. "O Brasil é um mar de oportunidades. Temos que mostrar ao mundo", ressaltou. O ministro disse que as medidas serão menos amargas quando maior será a capacidade de crescimento.

Mais um rombo

O governo central vai propor ao Congresso que a meta fiscal de 2017 seja um déficit de R\$ 139 bilhões, valor inferior aos R\$ 170,5 bilhões previstos para 2016. Veja o histórico dos últimos dez anos:

Em bilhões de R\$



Economistas elogiam meta, mas têm dúvidas

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Economistas que acompanharam o anúncio da previsão de um déficit nas contas públicas da ordem de R\$ 139 bilhões para o governo central, em 2017, consideraram positivo o fato de ele vir abaixo do déficit deste ano, de R\$ 170 bilhões. No entanto, a avaliação é que faltou clareza e detalhes na apresentação de como será possível alcançar esse resultado, pois foram várias as condicionantes apresentadas.

Um aspecto mais positivo, na avaliação de Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, foi a indicação de que a economia prevaleceu sobre a política. "Nos últimos dias, pareceu que a ala política conseguiria um déficit, em 2017, próximo ao de 2016, mas, ao que tudo indica, a equipe econômica conseguiu impor que mais rigor é necessário. Nesse aspecto, houve uma sinalização positiva", diz Zeina.

Ficou, no entanto, a percepção de que houve falta de detalhamento de como o resultado será alcançado. Preocupou, em particular, o fato de o governo apresentar uma série de condicionantes para que a meta seja alcançada.

Uma parte da redução do déficit dependeria da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC do Teto, que precisa passar pelo Congresso. Outra parte inclui cortes de despesas que não foram detalhadas e uma ofensiva, que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chamou de "esforço de arrecadação", com venda de ativos, realização de outorgas e concessões em áreas como óleo e gás e aeroportos.

Na avaliação de Raul Velloso, especialista em contas públicas, os números são positivos, mas ele reforça que é complicado dar o resultado como certo. O governo precisa ter em mente que elevar receita com venda de ativos não é uma medida instantânea e previsível, como subir impostos.

No caso dos tributos, sabe-se que uma determinada alíquota vai corresponder a uma receita. "Não é simples assim vender ativos: uma coisa é aumentar impostos, outra é garantir que concessão A ou B vai render X", diz.

O economista e assessor parlamentar Felipe Salto diz que, dentro dessa perspectiva, o governo em algum momento terá de adotar medidas mais fortes para elevar a receita, incluindo elevar impostos. "O aumento da Cide para o máximo previsto em lei, que é de R\$ 0,86 por litro, renderia cerca de R\$ 18 bilhões", diz ele.

Salto reforça que o mais importante neste momento é a equipe econômica saber calibrar as medidas. "O governo deve mostrar capacidade de aliar medidas de curto prazo, que apaguem o incêndio, com a sinalização de ações mais estruturais, mirando o longo prazo: deveria, por exemplo, se comprometer com o déficit zero em 2019", diz.

Para o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, o resultado previsto ainda é "muito ruim" e o esforço demonstrado pelo governo para reduzir o déficit, um alerta: "É preciso entender que o problema está na tendência inexorável de crescimento da despesa e, por conseguinte, da dívida", afirma ele.

Lisboa enfatiza que o governo precisa perseguir as reformas estruturais, em especial a da Previdência, que responde por quase a metade das despesas da União. "Precisa também cobrar dos Estados um esforço para cortar folha de pagamento dos funcionários na ativa e reduzir também os custos com os inativos ou o problema vai voltar lá em 2018."

As expectativas agora se voltam para a apresentação oficial, em agosto, da Proposta Orçamentária de 2017, que precisará detalhar as medidas. "Será com base no que for apresentado oficialmente que o mercado poderá avaliar se a proposta é mesmo crível, como disse Meirelles", afirma Zeina Latif.

Saiba como fugir das tarifas bancárias e taxas de cartões

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Assim como qualquer outro pacote de serviços, as tarifas bancárias podem pesar no orçamento doméstico, principalmente ao se observar os gastos de longo prazo.

Segundo levantamento do site Quanto Custa o Seu Banco, um trabalhador com renda mensal de R\$ 5 mil e que possua conta corrente há 18 anos, cartão de crédito e direito a cinco saques e duas transferências mensais gastou neste período cerca de R\$ 29 mil. A média equivale a R\$ 134,26 em anuidades, ou R\$ 11,18 ao mês em custos bancários.

O Procon-SP vai além. De acordo com o órgão, as tarifas para operações e serviços pode variar até 447% de uma instituição para outra. Mas, existem formas de escapar das taxas ou mesmo pagar menos por elas. E isso vale tanto para a conta corrente quanto para o cartão de crédito.

Veja como contornar essas despesas:

Serviços essenciais

Uma norma editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ligado ao Banco Central, exige desde 2008 que todas as instituições ofereçam aos seus clientes um pacote de serviços essenciais para a conta corrente e poupança. Entre os serviços gratuitos mensais estão quatro saques em caixas ou terminais eletrônicos; duas transferências entre contas do mesmo banco pela internet, terminais eletrônicos e guichês; dois extratos referentes aos 30 dias anteriores; dez folhas de cheque e consultas ilimitadas pela internet. As regras valem para os dois tipos de contas.

Dicas

Veja algumas considerações e outras formas de obter isenção de tarifas:

- ✓ Antes de optar por uma conta gratuita, avalie se o pacote de serviços está de acordo com o seu uso e as suas necessidades.

- ✓ Para quem realiza muitos saques ou usa com frequência o atendimento em caixa, um pacote padronizado pode sair mais barato que a conta digital ou os serviços essenciais.
- ✓ Se você for universitário e tenha anuidade reduzida, veja se, pelo uso dos serviços, uma conta gratuita não é mais vantajosa.
- ✓ A conta salário também é isenta de tarifas, mas é limitada. A opção dá direito a cinco saques, duas consultas mensais e pagamentos de títulos e boletos.
- ✓ Clientes que possuam grandes volumes de investimentos também costumam ganhar isenção nas taxas bancárias.

Conta digital

Para quem realiza todas as operações pela internet, sem qualquer tipo de contato com atendentes, as contas digitais são uma alternativa para economizar nas tarifas. Hoje, há pelo menos quatro bancos que oferecem a modalidade: Banco do Brasil (Conta Eletrônica), Bradesco (Digiconta), Itaú (iConta) e Banco Intermedium.

Todos oferecem saques em terminais das instituições e 24 horas, consulta a extratos, aviso via SMS de movimentação, transferências a contas do mesmo banco e DOCs e TEDs ilimitados por meio de ATMs, internet, celular e tablets. Talões de cheque e atendimento pessoal ou por telefone são cobrados aparte.

Cartão sem anuidade

As operadoras de cartão estão mais rigorosas para conceder isenção das anuidades. Mesmo o Santander Free, que exigia ao menos uma compra por mês para garantir um serviço livre de taxas, passou a exigir ao menos R\$ 100 em compras ao mês.

Com isso, sobra ao consumidor o Nubank, operadora de cartão que oferece uma total integração dos gastos a um app para celulares e canais de comunicação digitais, como bate-papos on-line.

Entretanto, a opção possui limites reduzidos e não possui programa de milhagem. Mas isso por enquanto, já que a empresa estuda oferecer este serviço aos clientes.



Padilha diz que 'terão que vir medidas desagradáveis' para cumprir meta

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, deixou claro que o governo vai tomar medidas amargas para conseguir garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017. Questionado sobre essa possibilidade após a votação definitiva do impeachment da presidente Dilma Rousseff, Padilha respondeu claramente: "Terão que vir medidas que não são as mais agradáveis e tantas outras virão", afirmou ele. Ele informou que as primeiras medidas desse tipo já foram tomadas nesta quinta-feira, 7, nas despesas dos benefícios sociais.

Padilha insistiu que o governo já está apontando uma reversão do déficit das contas públicas. Ele lembrou que o déficit sairá de R\$ 170,5 bilhões para R\$ 139 bilhões. Ele comparou a situação do déficit a uma jamanta carregada que corre a 140 km por hora e que faz uma parada. Segundo ele, uma freada brusca poderia fazer com que carga passasse por cima do veículo.

Padilha avaliou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, conseguiu a proeza de estancar a reversão do déficit. "Temos que primeiro fazer o dever de casa", disse. Ele disse que o governo vai buscar mais receitas. Segundo ele, o governo Michel Temer está fazendo "ginástica por todos os lados.

"Temos hoje 55 dias de governo", afirmou.

Padilha disse que o Estado brasileiro está pesado e o governo tem que torná-lo mais leve. Segundo Padilha, o governo em agosto terá uma noção mais clara das receitas. "O Brasil é um mar de oportunidades. Temos que mostrar ao mundo", ressaltou. O ministro disse que as medidas serão menos amargas quando maior será a capacidade de crescimento.

MacroSector: produção de veículos deve cair 8% em 2016 e voltar a níveis de 2004

08/07/2016 - Fonte: Paraná Online

A produção de veículos no Brasil deve ter queda de 8% em 2016 ante 2015, para 2,235 milhões de unidades, estima o sócio-diretor da MacroSector, Fábio Silveira, em nota enviada a clientes.

A nova previsão de Silveira é um pouco mais pessimista do que a última que ele havia divulgado, no início de junho. À época, a projeção era de retração de 7%. Se confirmado, o volume previsto representará um retorno aos níveis de 2004.

O economista revisou sua projeção um dia depois de a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) anunciar os dados de produção do primeiro semestre.

De janeiro a junho, 1,016 milhão de veículos saíram das fábricas, queda de 21,2% em relação a igual intervalo do ano passado e o menor nível para o período desde 2004. Só em junho, 182.626 unidades foram produzidas, baixa de 3% em relação a junho do ano passado, mas alta de 4,2% na comparação com maio.

Silveira também piorou sua projeção para as vendas de veículos no mercado interno, de queda de 17% para 18%. Segundo ele, o ano deve terminar, portanto, com a comercialização de 1,768 milhão de unidades.

O economista manteve, no entanto, sua expectativa para as exportações, de crescimento de 11%, para 463 mil unidades. O aumento dos embarques deve amenizar a fraqueza do mercado interno e evitar uma retração maior da produção da indústria automobilística.

A previsão de Silveira para a produção do ano inteiro, de queda de 8%, é mais pessimista que a da Anfavea, de 5,5%. A de vendas, no entanto, é mais otimista. Enquanto Silveira espera uma retração de 18%, a associação aposta em recuo de 19%. Já a Fenabrave, que representa as concessionárias, espera uma contração de 9,8% nas vendas internas, após recuo de 26,5% no ano passado.

Novo presidente diz que quer "fortalecer a Usiminas"

08/07/2016 - Fonte: EM.com



Sob fogo cruzado, com o acirramento do conflito entre os principais acionistas da Usiminas – o grupo japonês Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e a ítalo-argentina Ternium/Techint –, o novo presidente da siderúrgica mineira, o engenheiro metalurgista Sérgio Leite, tenta blindar sua gestão, que completou ontem 44 dias, e o clima entre os empregados nas áreas operacionais e administrativa.

“Aqui dentro, são todos Usiminas”, tem repetido o executivo, empenhado mais de 12 horas por dia na conclusão do programa de reestruturação financeira em curso e em novos ajustes de custos e receitas. Desde a eleição dele, em 25 de maio, questionada na Justiça pela Nippon, o executivo partiu para a ação, mobilizando as equipes, de assessores próximos a operadores do chão de fábrica, em busca de soluções para melhorar a performance da siderúrgica.

Nesta semana, a Nippon sugeriu, por meio de informe publicitário publicado em jornais, que Sérgio Leite estaria agindo “sob a orientação da Ternium”, o que ele rebateu em nota.

“Respeito a posição dos acionistas. Agora, recebi do Conselho de Administração, órgão máximo da empresa, a missão de liderar a equipe para buscar resultados. Meu papel é fortalecer a Usiminas como ela é hoje”, diz o presidente da siderúrgica, nesta entrevista ao Estado de Minas.

Depois de pedir apoio aos sócios argentinos, num encontro em Buenos Aires, no fim do mês passado, Sérgio Leite se reunirá nos dias 19 e 20 no Japão com a direção da Nippon, da Sumitomo e da Metal One. A próxima parada será já para tentar mostrar ganhos de caixa e redução de custos. Veja os principais trechos da entrevista.

À PROCURA DE APOIO Logo que assumi, fiz reuniões com todos os públicos da empresa e as comunidades em torno das fábricas, além dos representantes no Brasil dos sócios, com quem tenho uma relação de décadas.

Pedi o apoio deles e a principal mensagem que eu transmiti é de que precisamos voltar a sonhar. A Usiminas é fruto de um sonho de construir em Minas Gerais uma grande usina siderúrgica.

Não falo mais de crise e de problemas, eu busco caminhos, projetos e soluções e onde vou tenho pedido apoio para que possamos reerguer a Usiminas. A empresa vem de uma situação delicada, que é pública, está nos nossos balanços. O foco é a revitalização.

No fim do mês passado, estive com a direção do grupo Techint, em Buenos Aires, e tenho encontro marcado nos dias 19 e 20, no Japão, com a alta direção da Nippon Steel, da Sumitomo, que é sócia na Mineração Usiminas, e com a Metal One, do grupo Mitsubishi, que é sócia na Soluções Usiminas.

OS PROBLEMAS Se nós observamos o balanço da Usiminas referente ao período terminado em 31 de março, vamos perceber que a empresa ainda tem dois grandes

problemas. O primeiro é a falta de liquidez, com um caixa totalmente inadequado ao porte da companhia e o segundo é que a companhia não vinha gerando resultado (o Ebitda – lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciações – caiu 86,4% no primeiro trimestre de 2016, para R\$ 51,6 milhões).

A dificuldade de liquidez está sendo atacada desde março, mediante a renegociação da dívida com os bancos e o aumento de capital de R\$ 1 bilhão. A capitalização, praticamente concluída, será levada para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária dia 19.

CORTE DE PESSOAL E REORGANIZAÇÃO INTERNA Gerar resultados é a principal meta. Trabalhamos intensamente nisso e criamos o que chamamos de grupo dos 10, formado por profissionais experientes e de elevada competência de todas as áreas da empresa que assessora a diretoria.

O grupo é formado por funcionários de carreira, os expatriados da Nippon e da Ternium trabalhando de forma coesa e integrada. Eles nos apresentam propostas para melhorar os resultados.

Entre cinco linhas de ação aprovadas, já havia sido mudado o modelo de trabalho na unidade de Cubatão (SP), que passou por um forte ajuste e nosso projeto agora é que a unidade comece a se tornar sustentável ainda neste ano.

O segundo projeto é a otimização e redução de custos da usina de Ipatinga, que tem potencial de maior geração de resultados, está no estado da arte em tecnologia no mundo e precisa voltar a ser referência no Brasil. Um terceiro programa visa à reestruturação organizacional da empresa.

Temos de reduzir o número de posições gerenciais para adaptar a Usiminas à realidade dos negócios. Essa estrutura, hoje, existe para gerir uma capacidade de produção de 9 milhões e meio de toneladas por ano e o ritmo da companhia é inferior a 4 milhões de toneladas anuais.

Será uma redução da ordem de 20% a 30% da folha de pagamentos dos níveis gerenciais. Por último, estamos revendo todos contratos com nossos fornecedores para verificar como podemos obter ganhos.

Do lado da receita, em primeiro de junho elevamos o preço do aço em 10% para a rede de distribuição e agora estamos negociando o reajuste com os clientes da indústria de transformação. Os contratos com a indústria automotiva são anuais.

O CONFLITO ENTRE S ACIONISTAS Dentro da empresa temos profissionais da Usiminas que são expatriados da Nippon Steel e da Ternium e que trabalham em harmonia, engajados no projeto de reerguer a empresa. Há cooperação total e engajamento dos funcionários. Não temos alternativa. Aqui dentro, são todos Usiminas.

Evidentemente que todo esse clima existente externo à empresa pode causar preocupação em maior ou menor grau entre os funcionários. No entanto, eles percebem que nós estamos avançando nos objetivos. Trabalhamos uma espécie de blindagem frente a essa disputa dos sócios.

Primeiramente, respeito cem por cento dos nossos acionistas e tenho com os dois sócios controladores uma relação de décadas. Farei tudo o que puder para que se encontre uma solução que seja a melhor para a Usiminas e para a Nippon e a Techint. Se for o desejo deles, posso ser um facilitador.

Respeito a posição dos acionistas (a Nippon questiona a eleição dele, com a tese de que a escolha contraria o acordo de acionistas e a Lei das S/A por não ter havido

consenso em torno do seu nome para substituir o presidente anterior, Rômulo Erwin de Souza). Agora, recebi do Conselho de Administração da empresa, órgão máximo, a missão de liderar a equipe para buscar resultados. Meu papel é fortalecer a Usiminas como ela é hoje.

REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA Concluímos a renegociação da dívida da empresa iniciada em março (de R\$ 7,5 bilhões ao todo, com vencimentos até 2018) com os bancos brasileiros – Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e BNDES. Agora estamos no processo de preparação dos documentos relativos à operação.

Renegociamos 75% da dívida, em condições que permitirão à Usiminas honrar seus compromissos com 10 anos de prazo para pagamento, sendo três anos de carência. Os outros 25% se referem a compromissos com o banco japonês JBIC e aos bonds (títulos de crédito) lançados em 2008 pela companhia. Esta última etapa, conforme já previsto em cronograma anterior, deverá ser concluída nas próximas semanas.

REAÇÃO DA ECONOMIA No nosso planejamento de vendas e operações, temos uma visão muito precisa dos próximos quatro meses. Podemos afirmar que a demanda parou de cair, depois de quase um ano e meio a dois de quedas sucessivas, e já há sinais tênues de uma provável recuperação a partir do início do ano que vem.

Estatais chinesas de aço e carvão vão cortar capacidade em 10% em 2 anos, diz regulador

08/07/2016 - Fonte: DCI

XANGAI - Siderúrgicas e produtoras de carvão estatais da China vão cortar capacidade em cerca de 10 por cento nos próximos dois anos e em 15 por cento até 2020, como parte do esforço para reduzir o excesso de oferta nos setores, afirmou um órgão regulador do país nesta sexta-feira.

A Comissão de Administração e Supervisão de Ativos do Estado informou que teve reunião com 25 produtores de carvão e aço no final de junho.

As empresas administradas pela comissão incluem o maior produtor de carvão da China, o Shenhua Group, bem como a Baosteel e a Wuhan Iron and Steel, que recentemente anunciaram planos de reestruturação.

A China tem como objetivo reduzir em 100 milhões a 150 milhões de toneladas de capacidade anual de aço e 500 milhões de toneladas de capacidade de carvão nos próximos três a cinco anos, em meio à desaceleração da demanda doméstica e queda nos preços.

Governo aumenta para 1,2% estimativa de crescimento da economia em 2017

08/07/2016 - Fonte: R7



A equipe econômica aumentou para 1,2% a estimativa de crescimento da economia brasileira no próximo ano, anunciou há pouco o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. A previsão será incluída no projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2017, que tramita no Congresso Nacional.

Originalmente, a LDO previa crescimento de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) — soma de todos os bens e serviços produzidos no País — no próximo ano. Caso a estimativa se confirme, o País voltará a crescer depois de dois anos seguidos de recessão.

Além de estabelecer a meta fiscal, a LDO contém parâmetros que guiam a elaboração do Orçamento do próximo ano. Ao explicar a revisão da estimativa para o PIB, o Meirelles disse que a equipe econômica está trabalhando em linha com as projeções do mercado.

— Esse número [1,2%] é a tendência para onde caminha o Boletim Focus [pesquisa semanal do Banco Central com instituições financeiras].

Em relação ao déficit primário de R\$ 139 bilhões previstos para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, informou que a nova meta considera um corte de 0,5% do PIB, de 4,4% para 3,9%, nas despesas não obrigatórias em 2017 em relação a 2016.

Governo espera rombo de R\$ 139 bilhões nas contas públicas em 2017

O ministro do Planejamento, no entanto, ressaltou que a redução nas despesas não obrigatórias será compensada pelo crescimento do déficit da Previdência Social, que subirá de 2,3% do PIB neste ano para 2,7% do PIB em 2017. Em valores, o resultado negativo da Previdência crescerá R\$ 147 bilhões para R\$ 183 bilhões no próximo ano.

De acordo com Oliveira, o governo pretende aplicar no próximo ano o limite do crescimento da despesa total do governo pela inflação oficial pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), totalizando R\$ 1,321 trilhão em 2017.

A proposta de emenda à Constituição para instituir o teto para o crescimento dos gastos públicos foi anunciada no mês passado pelo governo e depende de aprovação do Congresso.

Indústria de máquinas financia clientes para aumentar vendas

08/07/2016 - Fonte: DCI



Cenário. De acordo com representantes do setor, a indisponibilidade de crédito contribuiu para a queda na atividade. Fabricantes hoje operam com, no máximo, 60% da capacidade instalada

Diante do acesso mais restrito ao crédito no País, as fabricantes de máquinas e equipamentos para a cadeia alimentícia vem oferecendo aos clientes financiamento próprio para garantir vendas.

"Tivemos de fazer o papel dos bancos e financiar nossos próprios clientes para que a roda continuasse girando", conta o presidente da Equimatec, fabricante de fatiadores e raladores industriais, Josinei Martins.

Atualmente, segundo ele, a empresa parcela em até 12 vezes suas vendas e até oferece a opção de aluguel dos equipamentos. "A flexibilização do pagamento foi necessária e tem dado certo por enquanto."

Martins explica, porém, que, antes de realizar a concessão, a empresa realiza uma análise detalhada do mercado em que o cliente atua e da sua situação financeira, o que garante baixos índices de inadimplência. "Acredito que [a inadimplência] esteja abaixo de 5%", calcula.

Apesar disso, ele ainda não sabe por quanto tempo será possível manter o atual sistema de financiamento. "Vamos continuar vendendo parcelado, mas isso tem um custo para nós e, conseqüentemente, um limite. Até agora conseguimos passar pela crise graças aos nossos próprios recursos, mas essa não é uma solução a longo prazo", pondera o empresário.

Na visão do presidente da Câmara Setorial de Máquinas para a cadeia alimentícia, associada à Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Judenor Marchioro, é a falta de crédito disponível no mercado um dos responsáveis pela queda da atividade no segmento. Ele estima que o nível de utilização da capacidade instalada do setor esteja entre 55% e 60%, hoje.

"Olhando para essa dificuldade, algumas empresas estão de fato fazendo financiamentos próprios, mas isso deveria ser pontual pois gera um risco grande", alerta o dirigente.

Segundo Marchioro, 70% das empresas do segmento estão inadimplentes, aumentando a ameaça para quem decide oferecer linhas próprias de financiamento. "Acredito até que haja mais empresas com desejo e possibilidade de oferecer essa facilidade, mas ficam inseguras com medo de calote", avalia.

"Nossa experiência diz que, apesar do caixa muito saudável que essas empresas financiadoras devem ter, não dá para correr mais riscos nesse momento econômico. Em um cenário favorável seria possível, mas da maneira como estamos hoje não vejo como esse modelo será sustentável por muitos meses", alerta Judenor Marchioro.

Já o presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí), Joseph Couri, vê a estratégia como "agressiva, inteligente" e com poucos riscos de inadimplência.

"Quem pode fazer esses financiamentos conquista uma fatia de mercado que os concorrentes não têm condições de atingir. É uma relação mais próxima e que não envolve banco, com uma análise individual do cliente que necessita melhores condições, ao contrário da avaliação por segmento feita pelas instituições financeiras", avalia.

O diretor industrial da JS Multienvase, fabricante de máquinas de envase para bebidas e alimentos, Jecleano Santos, decidiu correr o risco e estima avanço de 20% em receita bruta neste ano em relação a 2015, em parte graças aos acordos de financiamento que tem feito com seus clientes.

Em 2015, a JS registrou um faturamento de R\$ 10 milhões. "A partir do momento que colocamos uma máquina no cliente, temos o objetivo de que seja rentável o suficiente para garantir o pagamento. A diferença de custo gerada com a automatização, por exemplo, faz com que o equipamento seja pago", estima Santos.

Atualmente, a JS oferece parcelamento em de 10 a 36 vezes para cerca de 300 empresas. Santos destaca que parte dos pagamentos é utilizada para financiar outros clientes, formando um ciclo. "Só vamos ver os resultados efetivos dessa ação daqui uns dois anos, conforme os contratos que envolvem essas longas parcelas forem

terminando. Mas considerando os tempos de crise, nós estamos muito bem e otimistas com nossos resultados", diz.

De acordo com ele, a taxa de inadimplência é de 3% e sua capacidade produtiva está no limite, com prazos de entrega que passaram de 90 para até 180 dias.

Perspectivas

Por enquanto, o empresário não define uma data para o fim desses financiamentos por conta da instabilidade político-econômica do Brasil. "Acredito que a economia possa mostrar uma recuperação real a partir do ano que vem, mas ainda é difícil prever o que vai acontecer. Então por enquanto vamos continuar oferecendo essa opção, não vejo problemas", revelou Santos, em entrevista ao DCI.

Marchioro, da Abimaq, acredita em uma "sensação" de melhora da indústria de máquinas e equipamentos, em geral. "Não vejo como uma retomada real, mas como um aumento na confiança do empresário, que já está mais confortável para planejar investimentos e retomar projetos", avalia.

Conforme levantamento da Abimaq, as vendas líquidas da indústria brasileira de máquinas e equipamentos somaram R\$ 5,52 bilhões em maio, um recuo de 28,8% sobre o mesmo mês do ano passado.

Já na comparação com abril, a receita líquida foi 4,1% superior. De janeiro a maio, as vendas líquidas do setor acumulam retração de 30,7%, totalizando R\$ 27,129 bilhões.

95% dos veículos produzidos no mundo são emissores de GEE

08/07/2016 - Fonte: CIMM

Aposta da entidade na Mobilidade Urbana Verde, áreas que priorizam o uso de veículos de baixa emissão, visa alavancar o setor de elétricos puros, híbridos e plug-in.

94,7% de todos os veículos produzidos no mundo são emissores de gases de efeito estufa, enquanto apenas 4,9% são veículos híbridos com baixo nível de emissões e 0,4% são veículos elétricos, isto é, zero emissão.

Os dados foram apresentados na tarde desta terça-feira (05/07), pelo presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Guggisberg, durante o Workshop Plano Nacional de Energias Renováveis, realizado na Câmara dos Deputados.

Segundo Guggisberg, as elevadas taxas de poluição atmosférica e os acordos internacionais para conter as mudanças climáticas impõem o desafio de diversificar os combustíveis utilizados pela população e, ao mesmo tempo, promover o uso de tecnologias mais limpas.

Entre 2010 e 2015, foram emplacados no Brasil 2.137 veículos leves híbridos e movidos a eletricidade, o que representa menos de 1% da malha nacional. A projeção da Empresa de Pesquisas Energéticas é de que até 2025, esses veículos representem 1,5% da frota nacional, saltando para 60% em 2050.

Para a ABVE, é preciso que haja uma política pública de incentivo às tecnologias limpas para que isso aconteça. Entre os pleitos da associação estão a regulação da venda do combustível energia, a aprovação de infraestrutura para recarga para elétricos e a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"A redução de IPI possibilitaria a popularização dos produtos e o crescimento do consumo, ou seja, é uma forma de estimular o mercado do veículo elétrico", explicou Guggisberg.

"No Inovar-Auto, veículos que economizarem 15,46 % terão 1 ponto percentual de desconto no IPI e os que economizarem 18,84% terão 2 pontos percentuais de desconto no imposto, enquanto o veículo elétrico continua pagando 25% no IPI", destacou.

Metalúrgica FEY lança grampos de molas para caminhões e implementos rodoviários

08/07/2016 - Fonte: CIMM

A Metalúrgica FEY, de Indaial (SC), em seu cinquentenário comemora com a disponibilização ao mercado de um produto de qualidade superior, o lançamento dos grampos para suspensão utilizados em molas de caminhões e implementos rodoviários. O novo produto é aportado pela tecnologia eletroforética (KLT), que eleva a resistência a corrosão, oferece melhor estética, é isento de materiais pesados, não agredindo o meio ambiente, e proporciona maior durabilidade ao produto.

Visando a expansão da linha de negócio e o atendimento as futuras demandas a FEY investiu mais de R\$ 12 milhões na construção de um novo complexo industrial e na adequação do processo de manufatura para comportar as novas tecnologias que foram incorporadas ao processo. Possuem projetos em andamento para atendimento aos fabricantes de caminhões, o que foi um dos fatores determinantes para o investimento e expansão.

O produto comercializado atualmente supre as demandas do mercado, a inovação realizada pela empresa é vista como um diferencial competitivo e reforça a imagem célere da empresa aos clientes em relação a seus produtos.

A geração constante de soluções em produtos conformados, forjados e/ou usinados com respaldo de homologações como ISO9000, ISO14000, ISO/TS16949 e CQI-9, credência a empresa como fornecedora dos mais diversos mercados.

Atualmente a metalúrgica FEY é fornecedora de soluções para clientes: O&M, autopeças e para a cadeia de reposição (*aftermarket*). Além destes atua em vários outros segmentos, como: agrícola, trator, metalmecânico, entre outros.

Novas medidas de aumento de receitas devem ser feitas, diz economista

08/07/2016 - Fonte: R7

Especialista em contas públicas e assessor no Senado Federal, o economista Felipe Salta, avaliou que novas medidas de aumento de receitas precisarão ser tomadas para o cumprimento da meta de déficit R\$ 139 bilhões de 2017 nas contas públicas. Ele aposta que a securitização da dívida ativa da União é um bom caminho e é possível arrecadar R\$ 55 bilhões, se for adotada pelo governo.

"A meta anunciada não é o melhor dos mundos, porque ainda representa um déficit elevado. Pelo menos, no entanto, é menor do que a meta prevista para 2016", disse. Segundo ele, o aumento da cide combustível para o máximo previsto em lei, que é R\$ 0,86 centavos por litro para a gasolina, renderia cerca de R\$ 18 bilhões.

"O mais importante é o governo mostrar capacidade de aliar medidas de curto prazo, que apaguem o incêndio, com sinalizações e ações mais estruturais, avaliou.

Segundo Salto, o teto para o crescimento do gasto é positivo, mas precisa ser complementado com a aprovação do limite para a dívida pública. "Governo deveria comprometer-se com déficit primário zero em 2019", recomendou. (Adriana Fernandes)

Construir ficou mais caro em junho, mostra IBGE

08/07/2016 - Fonte: G1



Quem precisou construir ou reformar em junho pagou mais caro. A inflação da construção ficou em 1,02% no mês passado, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). A taxa ficou 0,19 ponto percentual acima da taxa de maio (0,83%).

No acumulado nos últimos 12 meses, o índice foi de 6,99%, acima dos 6,68% registrados nos 12 meses anteriores. Em junho de 2015, o índice havia sido de 0,73%.

De acordo com o IBGE, o custo nacional da construção, por metro quadrado, que em maio havia fechado em R\$ 997,60, em junho subiu para R\$ 1.007,75, sendo R\$ 528,55 relativos aos materiais e R\$ 479,20 à mão de obra.

A parcela dos materiais apresentou variação de 0,16%, perto da taxa de maio (0,17%). Já a parcela da mão de obra apresentou variação de 1,97%, subindo 0,39 ponto percentual em relação ao mês anterior (1,58%).

No primeiro semestre do ano os acumulados foram 2,41% (materiais) e 7,1% (mão de obra), sendo que em 12 meses ficaram em 4,23% (materiais) e 10,19% (mão de obra).

Regiões

O Sudeste, com 1,54%, ficou com a maior variação regional em junho. As demais regiões apresentaram os seguintes resultados: 0,33% (Norte), 0,82% (Nordeste), 1,01% (Sul) e 0,09% (Centro-Oeste).

Os custos regionais, por metro quadrado, foram: R\$ 1.017,08 (Norte), R\$ 934,45 (Nordeste), R\$ 1.060,18 (Sudeste), R\$ 1.032,05 (Sul) e R\$ 999,76 (Centro-Oeste). Devido à pressão exercida por aumentos salariais, segundo o IBGE, Rio de Janeiro foi o estado que apresentou a maior variação mensal: 5,21%, seguido por Alagoas, 3,73%.

Grupo Volkswagen e LG vão desenvolver carros conectados

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business

O Grupo Volkswagen e a LG assinaram esta semana um acordo de cooperação para desenvolver novos sistemas de conectividade para carros. As duas empresas vão trabalhar em conjunto para criar uma plataforma de conexão veicular a ser introduzida nas próximas gerações de veículos das diversas marcas do grupo, como Volkswagen, Audi e Porsche, entre outras.

O objetivo é oferecer comunicação digital via IoT (internet das coisas) entre automóveis e casas, além de serviços baseados em geolocalização.

Nos próximos anos, a cooperação entre VW e LG se concentrará em três focos de pesquisa. O primeiro é o desenvolvimento de um sistema que vai oferecer ao motorista o comando remoto de sua casa, como controle de iluminação, aparelhos domésticos e alarmes. Tudo poderá ser controlado à distância, de dentro do carro.

“A LG é um forte e confiável parceiro na implementação de novas funcionalidades e um dos líderes em inovações para casas conectadas. Esperamos em breve começar a trabalhar juntos para desenvolver soluções simples e fáceis de usar, para que nossos clientes possam integrar suas casas inteligentes aos sistemas de seus carros”, disse durante a assinatura do acordo Thomas Form, chefe de pesquisa de eletrônica veicular do Grupo VW.

“Acreditamos que a experiência da LG com tecnologias inteligentes e a liderança da Volkswagen no setor automotivo irá revolucionar a maneira que os motoristas vão interagir com seus veículos”, acrescentou Richard Choi, chefe do cloud center da LG.

O segundo foco da cooperação é estabelecer um centro que forma uma rede de comunicação digital com os carros e pode enviar recomendações ao motorista em tempo real, de maneira intuitiva e segura, sobre possíveis serviços a fazer no veículo, problemas de trânsito no caminho ou mesmo a indicação de um restaurante nas redondezas.

Ainda segundo o acordo, a LG também desenvolverá uma nova geração do sistema de infoentretenimento veicular para as marcas do Grupo VW, integrando navegação, som e computador de bordo.

A LG vem fornecendo sistemas de infoentretenimento veicular ao Grupo VW desde 2007. Em uma visão preliminar do que pode resultar o acordo de cooperação fechado agora, no último salão de eletrônicos CES, nos Estados Unidos, as duas companhias atraíram grande atenção do público ao demonstrar um sistema de controle remoto residencial que podia ser operado de dentro do veículo.

Antes disso, o estúdio Italdesign Giugiaro, que pertence ao Grupo VW, em março do ano passado apresentou no Salão de Genebra o carro conceito GEA com sete sistemas fornecidos pela LG, incluindo display holográfico, smart watch (relógio de pulso inteligente), iluminação traseira e câmera de ré. Há um ano a LG foi selecionada para integrar o programa FAST como fornecedora estratégica de eletrônicos do grupo.

Financiamento de veículos cresce 5,5% em maio

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



O total de **crédito** liberado em maio para a aquisição de **veículos** totalizou R\$ 6,2 bilhões, considerando o CDC, crédito direto ao consumidor, valor que corresponde a um aumento de 5,5% sobre o resultado de abril, segundo os dados mais recentes divulgados pela Anef, associação que reúne os bancos de montadoras.

De acordo com levantamento da entidade, o resultado de maio também é o segundo maior do ano, atrás apenas do apurado em março, quando foram liberados R\$ 6,6 bilhões.

Para a Anef, apesar da ligeira alta observada no mês passado, o mercado de crédito

para o setor de veículos ainda reflete as incertezas do cenário econômico atual, refletindo no saldo das carteiras de CDC e leasing, que somou R\$ 171,5 bilhões, queda de 14,4% na comparação com o mesmo mês de 2015. Sobre abril, o recuo é de 1,3%.

“A demanda continua reprimida, pois o consumidor ainda se mantém cauteloso e evita contrair dívidas”, afirma o presidente da entidade, Gilson Carvalho.

O saldo das carteiras de maio correspondeu a 2,9% do PIB (Produto Interno Bruto), contra índice de 3,5% registrada no mesmo mês de 2015 e equivale a 5,5% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e de 10,9% do total das operações de crédito de recursos livres no País.

Por outro lado, as taxas praticadas pelos bancos de montadoras continuam mais atrativas para o consumidor. Em maio, os índices foram de 1,74% ao mês e 23% ao ano, enquanto os bancos independentes ofereceram taxas de 1,93% e de 26,3% respectivamente. O prazo médio das concessões se manteve em 41 meses, enquanto o prazo máximo dos planos oferecidos pelos bancos continua em 60 meses.

Já a taxa de inadimplência segue tendência de alta, fechando maio em 4,7%. Considerando a taxa de janeiro, o índice subiu 0,4 pontos percentuais. Em maio do ano passado, o índice estava em 3,9%, uma variação 0,8% pp em doze meses.

Cummins investe em nova sala de testes

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



A **Cummins** passa a ter nova sala de testes de polias na fábrica de motores de Guarulhos (SP). Chamada de Pulley Rig Room, a estrutura recebeu investimento de US\$ 38 mil e ajudará a verificar a confiabilidade e estimar a vida útil de peças. Com a novidade, a companhia promete mais agilidade na resposta aos clientes.

Segundo a empresa, um teste padrão com 12 componentes leva 50 dias para ser concluído. Com a nova sala, a Cummins conseguiu completar a análise de 16 amostras em apenas 25 dias.

“Testar e validar componentes é um processo caro. Contudo, por meio deste equipamento, podemos simular um milhão de quilômetros sem gastar uma gota de Diesel”, esclarece Tadeus Marchesi, especialista técnico em projeto de produto da Cummins.

Empresas da Abeifa têm leve alta em junho

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business

A Abeifa, entidade que representa importadores e fabricantes de veículos no Brasil, divulgou leve aumento das vendas em junho na comparação com maio, de 3,4%. Ainda assim, a performance do setor segue lastimável em relação ao ano passado, que já foi de queda. Com 2,7 mil emplacamentos, as associadas da organização tiveram resultado 45,4% inferior ao de igual mês de 2015. No primeiro semestre a queda foi de 44,6%, para apenas 18,2 mil carros licenciados.

Mesmo com os resultados negativos no ano, o presidente da Abeifa, José Luís Gandini, entende que a leve reação das vendas em junho é um bom sinal, "um alento para o setor de veículos importados".

O executivo aponta que começam a surgir sinais de recuperação econômica, com possibilidade de melhora dos negócios no segundo semestre. Outro fator importante para o setor é a queda do dólar, que favorece importações.

Entre as associadas, as empresas com produção local fecharam junho com evolução de 4,8% sobre maio e queda de 69,7% na comparação com o resultado de um ano atrás. BMW, Chery, Mini e Suzuki venderam 1,3 mil carros no mês.

No primeiro semestre o volume foi de 5,2 mil unidades, com retração de 55,7%. A Abeifa aponta que, entre importadoras e fabricantes, as vendas de suas associadas representaram fatia de 2,4% do mercado brasileiro entre janeiro e junho.

Sindipeças revisa para baixo projeções do setor

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (**Sindipeças**) revisou para baixo as projeções do setor. A entidade estima que os fabricantes de autopeças somarão faturamento nominal de R\$ 63 bilhões em 2016, R\$ 1 bilhão a menos do que o estimado no começo do ano, o que resultará em queda de 4,5% ante 2015.

A projeção atualizada para 2017 caiu de R\$ 67,1 bilhão para R\$ 64,7 bilhões de faturamento, mas ainda assim representará leve alta de 2,7% se confirmada a estimativa do ano atual.

Estimativas da entidade indicam que as cerca de 460 empresas associadas devem investir US\$ 414 milhões este ano, 25,1% a menos que em 2015. O número de empregados deve chegar a 164 mil trabalhadores até o fim de 2016, 4,4% a menos que no ano passado.

A queda do número de empregos só não é maior pela utilização de bancos de horas, férias coletivas, reduções de jornada e salário e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Devido à queda expressiva da produção de veículos no País, a balança comercial de autopeças deve encerrar o ano com saldo negativo de US\$ 4 bilhões este ano, valor 28% inferior ao anotado em 2015 e cerca de 60% menor que o de 2014, quando beirou os US\$ 10 bilhões. As exportações devem crescer por volta de 5%, para US\$ 7,95 bilhões, enquanto as importações cairão 9%, para US\$ 11,97 bilhões.

Máquinas agrícolas registram o melhor mês do ano

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



Com a entrega de 4,1 mil máquinas agrícolas e rodoviárias em junho, o segmento teve o melhor mês do ano até agora em volume de vendas no atacado ao entregar pouco mais de 4 mil unidades, segundo dados da Anfavea. O resultado representa crescimento de 18% sobre maio, quando foram entregues 3,4 mil unidades.

Apesar disso, sobre junho do ano passado houve queda de 7,8% e no acumulado dos seis primeiros meses do ano, as vendas continuam mais baixas que as do ano passado: com 17 mil máquinas, o segmento amargou queda de 30,9% no comparativo anual.

Segundo Ana Helena de Andrade, vice-presidente da Anfavea, apesar de junho ter apresentado um resultado significativo, quase não houve novos negócios devido ao término do Plano Safra 2015/2016, linha de crédito disponível pelo governo para o agronegócio e que também contempla a aquisição de bens de capital. O novo Plano Safra correspondente a 2016/2017 só foi anunciado no início de julho.

“Vínhamos em um ritmo de recuperação crescente de vendas. Mas em junho praticamente não tivemos financiamentos, tanto com a descontinuidade do Plano Safra quanto do Moderfrota, que é hoje uma das principais linhas de financiamento do setor”, afirma.

Acompanhando o mercado interno, a produção de máquinas e equipamentos também foi a melhor em junho ao totalizar 4,5 mil unidades, alta de 10,4% sobre maio e de 25% sobre junho do ano passado. Já no primeiro semestre houve retração de 35%, para 19,8 mil unidades.

Também entre janeiro e junho as exportações diminuíram 17,8% contra o volume do primeiro semestre de 2015, para 4,3 mil unidades, embora a queda em valores tenha sido de apenas 1% na mesma base de comparação, para US\$ 898,1 milhões, reflexo do embarque de máquinas de maior valor agregado, mesmo que em volumes menores.

Vendas totais de pneus recuam apenas 2,6%

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



As vendas totais da indústria nacional de pneus tiveram pequena queda de 2,6% de janeiro a maio no confronto com o mesmo período de 2015. As exportações e o mercado de reposição compensaram a acentuada retração de 22,6% no fornecimento às montadoras. As vendas ao mercado externo aumentaram 22,6%.

E os volumes de reposição vêm ajudando a compensar o fraco desempenho nas vendas aos fabricantes de automóveis, motos, caminhões, máquinas e implementos. Os números foram divulgados pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

Nas vendas às montadoras, o acumulado até maio teve queda em todos os segmentos: industriais, -74,1%; OTR, -44,7%; duas rodas, -38,4%; carga, -34,1%; agrícola, -28,4%; carros de passeio, -20,7%; e camioneta, -5,3%.

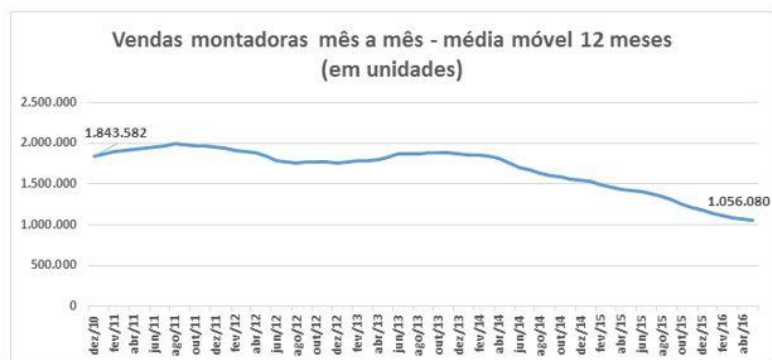
Nas exportações de janeiro a maio se destacam os 2,3 milhões de pneus de passeio embarcados, que representam alta de quase 45% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A balança comercial dos fabricantes nacionais manteve o superávit de US\$ 337,3 milhões, com saldo de 4,2 milhões de unidades.

No que se refere ao setor de reposição, vale destacar que o segmento apresenta a maior diferença em pontos percentuais entre unidades e toneladas (quando comparado a exportações e vendas a montadoras). Embora o segmento tenha tido pequena retração de 2,2% em unidades vendidas, essa queda chega a 7% em toneladas pela retração nas vendas de pneus de carga (substituídos por recauchutados).

A Anip também destaca a queda de 13,8% nas vendas de reposição para motocicletas, que indica tanto a falta de manutenção como a utilização de pneus recauchutados, proibidos para as motocicletas.

Veja o resumo do setor até maio e o desempenho com as montadoras:

VENDAS TOTAIS DE PNEUS (Jan-Mai'16 x Jan-Mai'15)	Em unidade	Em toneladas
Reposição	-2,2%	-7,0%
Exportação	+22,6%	+20,6%
Montadoras	-22,6%	-25,2%
TOTAL	-2,6%	-5,7%



Dados: Anip

Agora na Aethra, Galantine muda de lado do balcão

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



Depois de deixar a direção de compras do grupo CNH Industrial em maio passado, Osias Galantine mudou de lado do balcão: ele foi confirmado esta semana como novo diretor comercial da Aethra Sistemas Automotivos, um dos grandes

fornecedores da Fiat e CNH. Portanto, agora o executivo vai vender os componentes que comprava em passado recente.

Segundo informou a Aethra, desde a saída de Caio Arantes, há um ano, o departamento comercial da empresa era conduzido interinamente pelo presidente do grupo, Pietro Sportelli, que agora contratou Galantine para a posição.

O engenheiro Osias Galantine teve longa trajetória no Grupo Fiat. Na época em que a companhia italiana se associou à General Motors e unificou as áreas de compras, o executivo foi responsável entre 2001 e 2004 pelas aquisições de componentes metálicos na GM Brasil e chegou a diretor do setor, onde ficou até 2005.

Galantine assumiu a direção de compras da Fiat em 2008 e fez muitas idas e vindas dentro da área na mesma corporação. Em 2011, tornou-se chefe mundial da área de suprimentos do Grupo Fiat e um ano depois migrou para dirigir as compras da Fiat Industrial (hoje CNH Industrial).

Já no fim de 2013 o executivo assumiu a diretoria de compras da recém-criada Fiat Chrysler (FCA) na América Latina. Em 2014 voltou ao posto na CNHi, de onde saiu em maio passado.

Artigo: Os vários lados da reforma trabalhista

08/07/2016 - Fonte: Portal da Indústria

Recente manifesto divulgado por 19 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) expressa veemente repulsa contra algo que denominam "desconstrução do direito do trabalho".

O documento também defende a Justiça do Trabalho, cujo papel "ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é premente e inadiável".

Desconheço alguém que ignore a importância do direito do trabalho, e se dedique à insensatez de tentar desconstruí-lo. Quanto à Justiça do Trabalho, não há motivo para defendê-la, pois não é alvo de conspiração. Para atacá-la seria necessária emenda constitucional subscrita por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado, com o objetivo de alijá-la do rol dos órgãos do Poder Judiciário. Se tal manifestação de demência houvesse, não passaria despercebida.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, mediante decreto-lei, exige análise serena e desapasionada. Não há, porém, como desconhecer que pertence à época da locomotiva a lenha, do telefone de manivela, do ferro de passar roupa a carvão, das estradas de terra batida, dos teares mecânicos. Como obra perecível, é vítima do tempo e dos acontecimentos.

O documento dos ministros se inicia com a citação da frase do papa Leão XIII, na Carta Encíclica Rerum Novarum: "Do trabalho do homem nasce a riqueza das nações", divulgada em 1891 como resposta ao Manifesto Comunista de Marx e Engels, cuja primeira edição data de 1872.

Leão XIII condena a solução socialista que, para combater o infortúnio dos "homens das classes inferiores", "instiga nos pobres o ódio contra os que possuem, e pretende que toda a propriedade de bens particulares seja suprimida". Ataca, em seguida, o comunismo, por ele considerado "princípio de empobrecimento"... "Porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias."

Segundo o papa, compete ao Estado "proteger a propriedade particular e impedir as greves. O remédio mais eficaz e salutar consistiria em "prevenir o mal com a

autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que haverão de nascer os conflitos entre operários e patrões”.

Entre os deveres que dizem respeito ao pobre e ao operário, nas palavras de Sua Santidade, estariam o de “fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre conforme a equidade; não lesar seu patrão, nem os seus bens, nem a sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas”.

Na opinião de Rudof Fischer-Wollpert, autor de Os papas, com a Rerum Novarum, Leão XIII “procurou encontrar uma posição conciliatória entre patrões e empregados”. Defendia o proletário contra a exploração desumana, mas não execrava o capital. Ao Estado incumbiria o encargo de resguardar os proprietários contra o socialismo, o comunismo, e as agitações grevistas.

A frase do papa Leão XIII entra no Manifesto dos Ministros como Pilatos no Credo. Que a Consolidação das Leis do Trabalho envelheceu, a idade o comprova. Um dos males, talvez o maior, da legislação cujo centro de gravidade é a CLT, consiste na insegurança jurídica, refletida em milhões de dissídios individuais, na morosidade de julgamento, nos valores desproporcionados de condenações.

A insegurança gera o receio do acúmulo de passivo oculto, de dívidas geradas pela fragilidade do recibo de quitação passado mediante a assistência e homologação do sindicato ou do Ministério do Trabalho.

A hostilidade entre patrões e empregados não pode ser motivo de satisfação. Mais de 12 milhões de desempregados bastam para mostrar a necessidade de se fazer algo em favor da segurança jurídica. Legislar cabe ao Congresso Nacional. Ao chefe do Executivo, sancionar, promulgar, e fazer publicar leis. Se todos se conduzirem dentro das respectivas esferas constitucionais, o Brasil caminhará melhor para superar a crise.

() Almir Pazzianotto Pinto é Advogado, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho.*

Lexus quer crescer mais de 70% em 2016

08/07/2016 - Fonte: Automotive Business



Com oito pontos de venda abertos em cerca de um ano dentro da rede Toyota e também com a chegada do RX 350, a **Lexus** espera vender até o fim do ano cerca de 700 carros, o que resultaria em alta superior a 70% em relação a 2015. “Podemos crescer até mais que isso por causa da retomada da produção japonesa, prejudicada por um terremoto no primeiro semestre”, afirma o vice-presidente da Lexus Brasil, Miguel Fonseca.

As vendas estarão apoiadas no próprio RX 350, em outro SUV menor, o NX 200t, e também no CT 200: “Adotamos uma estratégia baseada em utilitários esportivos e no modelo híbrido”, diz o executivo.

Os volumes ainda são pequenos se comparados não só com Audi, BMW e Mercedes, mas também com a Volvo, que no acumulado até junho deste ano registra mais de 1,6 mil carros emplacados, mas a direção da empresa japonesa diz não ter pressa: "Não aspiramos superar outras marcas. Até mesmo na Europa nossa intenção sempre foi crescer de maneira sustentável", diz Fonseca.

Sobre o fato de não haver mais concessionárias exclusivas para a marca premium além daquela instalada num bairro nobre da cidade de São Paulo, o executivo recorda: "A Volkswagen também utilizou sua rede europeia para expandir a Audi."

CONCESSIONÁRIA PAULISTANA

Com cerca de 100 carros entregues no primeiro semestre, a revenda Lexus da Rua Colômbia pertence ao Grupo Tsusho como aquela que havia na Av. das Nações Unidas. Embora não haja oficina, a unidade tem uma recepção de pós-venda onde o cliente pode aguardar enquanto o carro passa pelos serviços em uma concessionária Toyota de São Caetano do Sul.

Ele tem também a opção de utilizar um carro-reserva Lexus diferente do seu e experimentar um utilitário esportivo enquanto faz a revisão de sedã. A loja tem também uma seção de seminovos no subsolo. "A cada dois novos vendemos um usado", afirma o gerente-geral da concessionária, Mariano Ricoy.

Alemanha investiga três montadoras sob suspeita de formar cartel na compra de aço

08/07/2016 - Fonte: Inda

O governo alemão abriu uma investigação para apurar se seis empresas nacionais estariam praticando cartel na compra de aço, dentre elas, Volkswagen, Mercedes-Benz e BMW. Como já é de conhecimento geral, o aço é historicamente um dos principais produtos da Alemanha. No caso de cartel, ele viola as regras de defesa de concorrência no país.

Autoridades germânicas invadiram em junho os escritórios das três montadoras e também dos fornecedores Bosch e ZF, que confirmaram a ação do governo. As envolvidas disseram também que estão cooperando com as investigações.

O governo pode multar as empresas envolvidas em até 10% do faturamento anual se forem declaradas culpadas, mas sabe-se que raramente a multa é aplicada nessa proporção.

Nos últimos meses, alguns países da Europa estão sondando as compras de aço por parte dos fabricantes de veículos e autopeças, pois trata-se de um produto crucial na produção de automóveis, representando em média 907 kg por veículo.

Empresas paranaenses terão crédito para fazer protótipos

08/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Empresas paranaenses em busca de subsídios para a fabricação de protótipos têm até o dia 31 de julho para participar da seleção do Sibratecshop. O programa, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e apoiado pelo Sebrae e o Senai do Paraná, disponibilizará R\$ 600 mil para os negócios paranaenses.

O objetivo é apoiar o desenvolvimento de protótipos para testes e ensaios de novos produtos, processos e serviços inovadores. Além do incentivo financeiro, as empresas selecionadas vão contar com o apoio de consultores e a infraestrutura do Laboratório Aberto do Senai em Maringá, no noroeste do Estado, para desenvolvimento dos seus projetos.

Para participar, a empresa deve ter faturamento anual máximo de R\$ 3,6 milhões e apresentar um projeto com valor de até R\$ 25 mil. Entre 50% a 60% do valor do projeto será subsidiado pelo Sebrae-PR.

Os interessados em participar devem entrar em contato com o Laboratório Aberto do Senai em Maringá para apresentar a ideia e depois enviar a proposta para o e-mail sibratecshop@pr.sebrae.com.br. As inscrições vão até 31 de julho e a lista com os aprovados será divulgada em 15 de agosto.

O edital completo está disponível no site do [Sebrae-PR](#). Dúvidas podem ser tiradas pela Central de Atendimento do Sebrae-PR, pelo 0800 570 0800